

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

PAULA KONDO STRAPASSON

REVITALIZAÇÃO DO CAMINHO DO ITUPAVA

CURITIBA

2017

PAULA KONDO STRAPASSON

REVITALIZAÇÃO DO CAMINHO DO ITUPAVA

Relatório de Pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como parte integrante do Trabalho Final de Graduação – TFG.

Orientador: Prof. Msc. Marlos Hardt

CURITIBA

2017

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	O CAMINHO DO ITUPAVA	3
1.1.1	HISTÓRIA, DADOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS	3
1.1.2	PLANO DE USO PÚBLICO E NORMATIVAS DO CAMINHO DO ITUPAVA .	5
1.1.3	ESTRUTURA E ASPECTOS TURÍSTICOS	7
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	8
1.3	JUSTIFICATIVA.....	3
1.4	OBJETIVOS	9
1.4.1	Objetivo Geral	9
1.4.2	Objetivos Específicos	10
2	METODOLOGIA.....	10
3	CRONOGRAMA.....	11

1 INTRODUÇÃO

Como parte da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, este Trabalho Final de Graduação (TFG) tem como objetivo demonstrar os conhecimentos adquiridos durante o curso e a capacidade de realização em relação à realidade, mostrando domínio sobre aspectos essenciais relacionados à profissão de Arquiteto e Urbanista.

Obrigatório para a realização do TFG, esse relatório de pesquisa consiste no levantamento e na organização de dados sobre o tema proposto, afim de dar sustentação teórica e conceitual ao projeto. Estabelece alguns elementos essenciais para início do projeto, justificativa, programa e análise do local, além de referências da mesma temática.

O tema escolhido para esse Trabalho Final de Graduação é a Revitalização do Caminho do Itupava, trilha histórica-arqueológica localizada na Serra do Mar, Paraná, entre os municípios de Quatro Barras e Morretes. Com o propósito de potencializá-lo ainda mais como um pólo de atração turística e cultural para o Estado do Paraná.

Este trabalho tem como objetivo o resgate da identidade e da memória do Caminho do Itupava, através da relação de pertencimento das pessoas em relação à beleza cênica, importância ecológica e patrimônio histórico da trilha. Mostrando que homem e natureza não são incompatíveis, mas sim peças de um sistema que precisa estar em equilíbrio.

1.1 O CAMINHO DO ITUPAVA

1.1.1 HISTÓRIA, DADOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

Aberta entre 1625 e 1654 por índios e mineradores com o intuito de ligar Curitiba a Morretes, o Caminho do Itupava originalmente, possuía 55km de extensão, partindo do Largo Bittencourt, onde hoje se localiza o Círculo Militar no centro de Curitiba, passando por Borda do Campo, em Quatro Barras, atravessando a Serra do Mar, até chegar em Porto de Cima, Morretes.

Caminho Real, Caminho da Serra, Caminho de Morretes, Caminho de Curitiba, Caminho dos Jesuítas, durante os séculos o Caminho do Itupava já

recebeu diversos nomes. Hoje sua denominação Itupava vem do Tupi-Guarani que significa rio encachoeirado, uma das características dos rios da Serra do Mar.

Foi originalmente aberto provavelmente por tribos indígenas milenares e com a colonização era muito frequentado por caçadores, aventureiros e faiscadores de ouro, além dos jesuítas que utilizavam o Caminho para chegar à sua fazenda em Borda do Campo.

Apesar de suas péssimas condições de tráfego o Caminho do Itupava foi, por quase 250 anos, a principal via de ligação entre o litoral paranaense e o planalto curitibano, pois era o mais curto dos caminhos da Serra do Mar (Graciosa e Arraial), levando apenas dois dias de caminhada, enquanto o Caminho do Arraial demorava três dias e o da Graciosa, quatro. Além disso, havia a simpatia e a solidariedade dos tropeiros para com os comerciantes de Morretes, onde possuíam inúmeros amigos e fregueses (HABITZREUTER, 2000).

Com o tempo, a trilha original sofreu boas mudanças, porém sempre por iniciativa dos próprios usuários, nunca pelos dirigentes da Província. No ano de 1772, quando precisou transportar seu exército e equipamentos bélicos, o Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza resolveu realizar melhorias no Caminho do Itupava. Entre essas melhorias estava a abertura de um caminho que margeava o rio Cubatão (hoje Nhundiaquara), o desmatamento das matas laterais e a principal delas, a quebra de uma enorme rocha que dificultava a passagem de sua tropa, por meio de tiros de canhão. Ainda hoje se pode ver a abertura em rocha realizada por Botelho na região do Santuário do Cadeado.

Foi apenas em 1830 que o Caminho do Itupava ganhou o calçamento como conhecemos hoje. No dia 6 de abril deste ano, uma portaria assinada pelo presidente da Província de São Paulo José Carlos Pereira de Almeida Torres, nomeando o Sargento Jozé Joaquim de Santa Anna para Inspetor do referido Caminho, anexou instruções que visavam propiciar não só o seu calçamento, como diversas melhorias. (HABITZREUTER, 2000).

O projeto empregou em sua construção cerca de 208 homens, a maioria deles escravos e não chegou a ser finalizado devido à queda do Império com a proclamação da República.

O Caminho do Itupava também teve grande importância econômica para o Paraná, principalmente no século XIX, quando a erva mate foi o grande propulsor do progresso nas proximidades de Morretes e Porto de Cima, que chegou a ter mais de

35 engenhos de beneficiamento ao seu redor. Foi nesse período que se verificou o maior tráfego de animais carregando grandes fardos de erva-mate *in natura* no Caminho do Itupava e da Graciosa, para alimentar os engenhos da região (HABITZREUTER, 2000).

Durante sua história, houveram várias tentativas de taxação pelo uso da trilha, com o estabelecimento de praças de pedágio para financiar sua manutenção permanente. Entretanto, nunca houve uma manutenção adequada e os recursos arrecadados pelo pedágio eram frequentemente desviados de sua finalidade real resultando que o Caminho do Itupava sempre foi considerado como uma das piores estradas do Brasil.

Em 1873 o Caminho cai em desuso, com a abertura da estrada da Graciosa e a efetivação da Estrada de Ferro Paranaguá Curitiba (12 anos depois).

Atualmente, a trilha atravessa três unidades de conservação, a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi e os Parques Estaduais Pico do Marumbi e Serra da Baitaca. Faz parte da Área de Tombamento da Serra do Mar (Lei Estadual 1.211/53), está cadastrado como Patrimônio Arqueológico no IPHAN e encontra-se dentro de uma área de Floresta Atlântica considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO.

Além de sua importância histórica, o Caminho do Itupava abriga a Floresta Atlântica, de formação densa e responsável por cerca de 25% de toda a flora brasileira e contempla muitas das nascentes de rios que são utilizados para o abastecimento público.

Para HABITZREUTER, dos caminhos (Arraial, Graciosa e Itupava) este é o mais bonito. Preservado pelo Instituto Ambiental do Paraná, até hoje ele pode ser percorrido numa distância de aproximadamente 22km entre Borda do Campo e Porto de Cima, em Morretes. É envolto pela densa mata tropical, onde se pode encontrar árvores centenárias que abrigam diferentes espécies de parasita, destacando-se os inúmeros tipos de bromélias. Além de sua grande diversidade de aves e mamíferos.

1.1.2 PLANO DE USO PÚBLICO E NORMATIVAS DO CAMINHO DO ITUPAVA

Em 2001, foi formulado o plano de uso público do Caminho do Itupava, por consultores especializados em planejamento e ordenação do espaço em áreas

naturais. Alguns dos objetivos do plano eram: “proteger e conservar áreas de patrimônio natural e histórico-cultural; possibilitar atividade de recreação, sensibilização e educação ambiental e patrimonial difundindo os princípios de conservação da natureza; incentivar a pesquisa científica e o monitoramento ambiental e patrimonial; levar o público a entender a importância de apreciar o valor do Caminho, percebendo a necessidade de conservação deste patrimônio; prover a área dos meios necessários para o bom funcionamento das atividades; incentivar a criação de áreas privadas protegidas ao longo do Caminho” (Curitiba, 2002).

As Normativas de Uso do Caminho do Itupava foram aprovadas pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Estas normativas discorrem sobre o zoneamento do Caminho do Itupava, e, que a ordenação do uso de cada zona pretende manter a integridade das características do Caminho do Itupava que justificam sua proteção como patrimônio histórico e arqueológico, através do estabelecimento de distintos graus de proteção e de intervenção. O zoneamento considera também áreas adjacentes ao Caminho, onde contenham indícios arqueológicos a ele relacionados. Tem-se então a zona de uso restrito, zona de uso extensivo e zona de uso intensivo.

A instalação, ampliação, reforma ou recuperação de obras, edificações ou atividades ao longo do Caminho do Itupava e de sua área de influência dependerão de anuência prévia da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura- CPC/SEEC, licença ambiental do Instituto Ambiental do Paraná – IAP e autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional - IPHAN, observadas as legislações pertinentes à área, o seu zoneamento e as normas adiante especificadas (Curitiba, 2002):

- a) serão autorizadas as atividades de fiscalização, monitoramento ambiental, pesquisa científica e uso público controlado;
- b) serão autorizadas as atividades científicas que não comprometam a integridade do Caminho e sua área de influência;
- c) somente será autorizada a implantação de estruturas turísticas se observadas as características do zoneamento;
- d) não será concedida anuência prévia para o desenvolvimento de atividades minerais, de silvicultura e extração vegetal, de agricultura e pecuária, de estrutura energética, industriais e de infraestrutura viária;

e) nos trechos compreendidos nas áreas de unidades de conservação de proteção integral, zona de uso restrito, o uso público deverá ser de mínimo impacto, devendo estar condicionado aos critérios estabelecidos nos respectivos planos de manejo das unidades;

f) nos trechos considerados testemunhos, zona de uso restrito, o uso público deverá estar condicionado a anuência prévia dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio histórico-arqueológico;

g) a instalação de locais para acampamento na zona de uso intensivo somente será autorizada em áreas compatíveis com a legislação ambiental vigente, sendo vedada nas áreas com potencial arqueológico;

h) nas zonas de uso extensivo e intensivo será autorizada a instalação de equipamentos para educação e interpretação ambiental, desde que não causem qualquer prejuízo ao patrimônio cultural-ambiental;

i) somente serão autorizadas edificações para o desenvolvimento de atividades científicas, recreativas e de serviços públicos nas zonas de uso extensivo e intensivo;

j) somente serão autorizadas edificações integradas à paisagem do Caminho e de sua área de influência e desde que dotadas de adequada infraestrutura sanitária.

1.1.3 ESTRUTURA E ASPECTOS TURÍSTICOS

O Caminho do Itupava é muito procurado por aventureiros para a prática de trilhas e montanhismo, e também por pesquisadores e estudiosos que vem a região por motivos científicos ou acadêmicos.

Além de sua trilha, o Caminho do Itupava também dá acesso a outros pontos que podem ser reconhecidos como atrações turísticas ou marcos históricos, como: Morro Pão de Ló, Morro Anhangava, Casa do Ipiranga, Rio Ipiranga, Estação Véu da Noiva, Santuário Nossa Senhora do Cadeado, Roda d' água, Pico do Marumbi e Estação Engenheiro Lange.

Em relação a sua estrutura turística, atualmente o Caminho do Itupava conta com dois Centros de visitantes, um no início da trilha, em Quatro Barras, e outro no final, em Prainhas. Ambos são administrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Apesar da existência, os dois Centros não cumprem com sua função de servir

aos visitantes assistência, sensibilização e educação ambiental. Apenas para cadastramento e controle dos turistas.

O Centro de Visitantes de Quatro Barras funciona em um trailer improvisado, e apesar de possuir uma estrutura em container, originalmente projetado para essa função, atualmente só atende a esporádicas reuniões. A instalação sanitária destinada aos turistas também tem caráter improvisado e muitas vezes não atende a demanda.

Em praihas, no final do Caminho, o Centro de Visitantes consiste em uma edificação de estrutura tradicional, bem maior do que a de Quatro Barras, mas que durante a pesquisa in loco encontrava-se totalmente fechada, com apenas um funcionário do IAP fazendo o controle de visitantes que chegavam da trilha.

Em 2005 a trilha passou por um processo de restauração desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura (SEEC), por intermédio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e do Meio Ambiente (SEMA), com o patrocínio do banco alemão KFW Entwicklungsbank, por intermédio do programa Pró-Atlântica.

Algumas das providências tomadas pelo projeto foram roçadas laterais da trilha, limpeza do calçamento, recuperação das pedras originais do Caminho, construção de pontes e passarelas sobre os rios, abertura de saídas de água para evitar a formação de poças, padronização em um metro de largura da trilha, retirada das árvores caídas e abertura de drenagens naturais para escoamento da água da chuva.

Mesmo após sua restauração, é possível encontrar evidentes sinais de degradação de marcos importantes como na Casa do Ipiranga e na roda d' água, os quais não foram incluídos no projeto inicial de restauração, e ainda aguardam melhorias.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Devido a sua importância histórica e ambiental, o Caminho do Itupava é um dos principais destinos turísticos do Paraná, esse uso se intensificou na década de 70 e por muitos anos não teve qualquer cuidado com o controle do número de visitantes, nem com sua conscientização. O resultado deste uso desordenado e sem planejamento foi a degradação da região, com resíduos sólidos despejados sem qualquer preocupação e monumentos destruídos.

Em questionário realizado com visitantes do Caminho do Itupava, alguns dos principais problemas encontrados durante a trilha foram lixo deixado por turistas, pichações, depredação e mau cheiro da Casa do Ipiranga, falta de segurança e suporte para eventuais acidentes e falta de sinalização na trilha para localização.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado SETU, o Caminho do Itupava apresentou uma crescente demanda de visitantes – em 2012 apresentou o maior movimento de turistas dos últimos 5 anos, com 13.573 visitantes.

Apesar de suas problemáticas e falta de estrutura, os visitantes (em questionário) apontaram o Caminho do Itupava como uma trilha completa, com belíssimas vistas, cachoeiras, fontes de água natural e ótima para prática física.

Além disso, a biodiversidade que o caminho contempla, as nascentes de rios que são utilizadas para o abastecimento público, geração de energia e atividades de lazer, junto à paisagem natural, os aspectos históricos e culturais, tornam o Caminho do Itupava uma forte alternativa turística para o estado, que ainda deve ser explorada, por meio do ecoturismo, da prática de esportes e educação ambiental e patrimonial.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo resgatar a identidade e a memória do Caminho do Itupava, tanto por parte dos visitantes como por parte da população residente na região. A partir da educação ambiental por meio da implantação de um programa que atraia o turismo ecológico e cultural da região, gerando renda e desenvolvimento para a comunidade do entorno.

Além de agregar conhecimento e reconhecimento deste patrimônio para turistas e moradores, possibilitando trocas de experiências e tornando possível o desenvolvimento regional e uma visita turística cada vez mais rica.

Busca por proporcionar maior segurança aos visitantes, tanto no que diz respeito aos possíveis riscos físicos que o percurso apresenta quanto nas ações violentas por parte de outros usuários.

1.4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Implementar de um novo equipamento de apoio ao visitante;
- b) Incentivar pesquisas científicas na região;
- c) Impulsionar e programar atividades de educação ambiental e conhecimento do patrimônio natural e cultural do local, propiciando ao visitante uma experiência educativa por meio da interpretação ambiental e cultural;
- d) Cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como das normas que disciplinam o uso do solo nas unidades de conservação;
- e) Realização de uma fiscalização recorrente e sistemática, através da implantação de um programa de monitoramento e patrulha, para evitar comportamentos impróprios dos turistas, como corte de árvores, depredações dos equipamentos instalações e edifícios, lançamento e depósito de lixo, danos à fauna, entre outros;
- f) Adaptar a frequência turística, determinando a “capacidade de carga” dos locais de modo a racionalizar seu uso, considerando em cada caso, a preservação do meio ambiente e a qualidade da paisagem;
- g) Conscientização do turista sobre seu potencial impacto e suas responsabilidades, informando-o sobre práticas e comportamentos nocivos aos atrativos naturais e culturais, através da instalação de placas e painéis com informações sobre aspectos naturais e históricos em cada ponto de interesse na trilha, além de placas que orientem as ações dos turistas indicando sua localização e atividades que podem ser realizadas em cada área;
- h) Implantação de um Centro de resgate e primeiros socorros.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para este relatório se baseou na análise da relação entre homem-natureza, das normativas sobre o solo do solo no Caminho do Itupava e na avaliação de desempenho do ambiente construído ou avaliação pós ocupação (APO).

No que diz respeito à APO, foi aplicado um questionário online, com o intuito de conhecer as reais demandas dos turistas para o Caminho do Itupava, assim como os principais problemas e potencialidades da trilha. A definição do programa foi baseada principalmente nos resultados dos questionários.

3 CRONOGRAMA

18/08/2017 – Entrega relatório de Pesquisa

19/09/2017 – Entrega Estudo Preliminar

16/10/2017 – Entrega Anteprojeto – preliminar

14/11/2017 – Entrega Anteprojeto – final

REFERÊNCIAS

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. 1. Ed. São Paulo: Editoral Atlas S.A, 2003. 208p.

PARANÁ. Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. **Normativas de uso do Caminho do Itupava**. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>
Acesso em: 14 Agosto, 2017.

HABITZREUTER, Rubens R. **A conquista da Serra do Mar**. Curitiba: Editora Pinha, 2000. 280p.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CASTRO, C. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. **Partes: Revista virtual**. Disponível em: <www.partes.com.br/turismo/turismocultural.asp>. Acesso em: 16 de Agosto de 2017.